

O Silêncio da Violência

Edson Luiz André de Sousa
UFRGS

“O suficiente ainda para não saber. Para não saber o que dizem.
Para não saber o que é que as palavras que diz dizem. Diz?...”
(Samuel Beckett, 1996)

A violência tem sido uma das faces obscuras do laço social no Brasil. Embora a experiência do que costumamos chamar de violência seja algo muito próximo do que todos vivemos certamente não haveria consenso se fôssemos analisar uma série de cenas cotidianas procurando identificar se a inscreveríamos ou não no campo da violência. Com um olhar ampliado e concentrado num determinado *flash* cotidiano, as razões supostas para determinado ato poderiam turvar nossa capacidade de análise. Desta forma confundem-se, inúmeras vezes, razões, justificativas e legitimações. Este problema já foi apontado por muitos autores, entre os quais certamente teríamos que destacar Hannah Arendt, que, com seu brilhante e lúcido ensaio sobre a violência, mostra a importância de se pensar este termo por demais enigmático. Ela faz um esforço de distinção conceitual detendo-se sobretudo na diferença entre poder e violência. Segundo a autora, esta perspectiva de análise contribui para entendermos melhor estes fenômenos e, o que é mais importante, deduzir ações para controlá-los, amenizá-los ou eliminá-los. Não seria demais insistir o quanto esta perspectiva se faz urgente em nosso país.

O poder, mesmo que possa ser eventualmente questionado em seu sentido ou ação, é amparado, em maior ou menor grau, por algum nível de consenso grupal. Na violência, ao contrário, estamos submersos no campo da arbitrariedade, onde o direito e a lei, baluartes da

civilização, estão banidos. Talvez a afirmação que melhor resume esta proposição dentro do argumento de Arendt seja a seguinte: “A forma extrema de poder é todos contra um, a forma extrema da violência é o Um contra todos.” (Arendt, 1994, p. 35) O que Arendt tenta ressaltar é que não podemos abordar esta questão da violência e sua distinção com outras categorias tais como poder ou agressividade, enfatizando uma tese do tipo *quem domina quem*. Se assim fosse, poderiam eventualmente serem tomadas como sinônimo¹. Ela sublinha, por exemplo, que “o poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido.” (Arendt, 1994, p. 36)

Pensar a violência é uma tarefa árdua e somos tentados a desistir logo de início pela complexidade que nos oferece tal reflexão. Hannah Arendt nos indica que a consequência desta atitude é uma certa banalização e generalização do termo que dificulta nosso entendimento e nosso potencial de resistência. Mais uma razão, portanto, para aceitarmos todos os desafios de pensar esta questão.

Procurarei trazer algumas idéias que possam contribuir para o debate, alertando de antemão ao leitor o cuidado que temos que tomar para não transformarmos nossos instrumentos de análise em pontos cegos de nossa reflexão. Este é um debate em que todos os campos do saber são convocados ao compromisso de investigação.

Um dos ensaios mais significativos sobre este tema no campo da psicanálise brasileira é o livro de Jurandir Freire Costa, “Violência e Psicanálise”(Costa, 1986), que aceita o desafio deste debate e o faz com muita pertinência, trazendo uma discussão que, no meu entender, deveria ser leitura obrigatória para todos. Ele alerta que esta reflexão é uma tarefa que se faz urgente para a psicanálise. Examina as argumentações de inúmeros textos de Freud, bem como de muitos outros psicanalistas, mostrando o pano de fundo de conceitos como trauma, pulsão de morte, agressividade, compulsão à repetição, e suas articulações com a violência. A sua crítica mais contundente, com a qual compartilhamos, é mostrar as consequências de uma direção naturalista neste debate. Portanto, procurar mostrar que ser violento diz respeito a uma natureza humana nos ajuda muito pouco. Jurandir Costa se esforça também em discutir um argumento muito freqüente, ou seja, de aproximar homens e animais na análise da agressividade.

A violência ou é tratada como um tabu, cercado e protegido do pensamento, por uma aura romântico-pessimista, indicativa, talvez, de ‘nobreza intelectual’; ou é considerada o zero e o infinito da existência do sujeito, tornando-se uma espécie de categoria apriori irreduzível a qualquer análise. Indo de um pólo a outro, a psicanálise entra no compasso das ideologias modernas. Fala da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror (Costa, 1986, p. 14).

A consequência desta atitude é que, ao atribuir à violência um atributo de impensável, acabamos por sacralizá-la. Este alerta, nós o encontramos numa forma categórica em muitos autores que se debruçaram sobre o tema.

Um ponto importante a sublinhar, que não me pareceu muito claro no ensaio de Jurandir Freire Costa, é que mesmo com a argumentação de que a violência é em última instância uma dimensão da natureza humana, isto não implicaria numa legitimação de seus atos. Podemos pensar na direção oposta, ou seja, apontar uma certa estrutura de repetição da mesma, poderia nos ajudar a dissipar com mais eficácia sua força de ação.

Nos deteremos um pouco mais numa distinção que nos parece promissora neste terreno, a saber, diferenciar agressividade de violência. A agressividade se inscreve dentro do

próprio processo de construção da subjetividade, pois mostra que seu movimento ajuda a organizar o labirinto identificatório de cada sujeito. Ela deve ser entendida, portanto, dentro de um sistema “dialógico”, amparado amplamente pelo registro do simbólico. Isto significa que a agressividade opera quando há reconhecimento pelo sujeito do objeto a quem endereça sua reivindicação agressiva. Um ato agressivo, que pode ter muitas faces e disfarces, seria simultaneamente uma resistência do Eu tentando marcar seus contornos identitários justamente quando o objeto (o Outro) ameaça seu lugar, mas também um pedido de reconhecimento e endereçamento de uma mensagem a este Outro. Vale lembrar que, no importante texto de Jacques Lacan “Agressividade em Psicanálise”, em que o autor desenvolve algumas teses sobre esta questão, praticamente todas mencionam direta ou indiretamente este vínculo da agressividade no processo de constituição subjetiva. Lembraremos aqui duas destas cinco teses que nos dão uma boa dimensão do eixo de reflexão proposto por Lacan.

Uma delas diz o seguinte “A agressividade se manifesta em uma experiência que é subjetiva por sua própria constituição”. (Lacan, 1998, p.105) E a outra, que eu gostaria de lembrar: “A agressividade é a tendência correlativa de um modo de identificação que chamaremos de narcísico e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo” (Lacan, 1998, p.112)

A agressividade é, portanto, constitutiva. Isto não significa, voltamos a insistir, nenhum a priori de legitimidade para seus movimentos. Queremos nos afastar de um estilo de pensamento essencialista e naturalista. Pensar a constituição do eu a partir do Outro, ponto de partida do pensamento psicanalítico, mostra que a agressividade é de certa forma o ruído desta operação, pois indica nossa dívida para com estes objetos. O que dificulta nossas análises deve-se ao fato de que estas mensagens de tom nitidamente especular endereçadas ao mundo precisam ser interpretadas. Não se revelam ao nosso entendimento de forma transparente.

Encontraremos amplo desenvolvimento sobre este tema nos vários textos em que Freud apresenta suas teorias sobre o narcisismo e o processo de identificação e, em Lacan sobretudo em seu clássico “A etapa do espelho como formador da função do eu” e “A agressividade em psicanálise”².

Dentro do contexto adolescente, por exemplo, vemos em muitos momentos manifestações de agressividade como indicativas do turbilhão de mudança identificatória em que os jovens se encontram neste momento da vida. Se as respostas que damos a estes gestos são acolhidas dentro da perspectiva de que uma palavra possa vir a desenhar um lugar possível para o sujeito, suas motivações podem enfim encontrar um bom endereçamento. É muito problemático quando lemos certos atos agressivos de adolescentes como manifestação de pura violência e respondemos de forma equivocada a estes chamamentos. Com uma interpretação equivocada, desqualificamos o sentido destes movimentos. Ouvimos falar muito, por exemplo, da violência na escola. Isto certamente é bastante relevante dentro do contexto pedagógico, pois sabemos que a escola, para estes adolescentes, é um dos lugares privilegiados para esta manifestação. A escola ocupa a função de interlocutor privilegiado do laço social no qual eles tentam se inserir. A própria adolescência se define por esta passagem da família ao laço social³.

A violência implica num rompimento do pacto dialógico instaurando sempre uma ameaça às regras do jogo que organizam esta passagem. Mesmo que possamos, em algumas situações, encontrar certas razões que nos orientam na leitura destas manifestações, o ato de violência não contribui em nada para uma reordenação simbólica deste laço. Isto fica muito claro, por exemplo, na argumentação de Hannah Arendt ao diferenciar poder e violência. Como aponta Celso Lafer no prefácio à edição brasileira deste texto de Arendt:

Para ela (Arendt), o poder - que é inerente a qualquer comunidade política - resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência... (Arendt, 1994, p.8)

Hannah Arendt mostra que a violência destrói o poder. Ela nos diz que, mesmo que o cano de uma arma produza obediência, jamais produzirá poder. É exatamente nesta direção que nos interessa diferenciar agressividade e violência pois enquanto a primeira institui o outro num lugar de autoridade e o investe de um certo valor, na violência há uma certa anulação deste outro, uma desqualificação de seu valor. Este é um dos pontos essenciais nesta diferenciação nem sempre evidente. Esta diferença também não se encontra estampada nas ações. Elas exigem uma leitura atenta onde se procure buscar a história destes atos. Os atos em si não são violentos. Como nos lembra Ana Costa, “A violência é um efeito do contexto que o circunscreve. Sendo conseqüente com o texto freudiano, pode-se dizer que matar em si não é violento. O que é violento é o desejo de morte e que os atos - mesmo os mais banais - podem vir a representar deste desejo” (Costa, 1996, p. 12)

A palavra potencialmente presente na agressividade é de certa forma uma palavra aprisionada que espera o aval do outro para poder ser legitimada como discurso. Esta abertura dialógica vai, portanto, na direção de dissipar o enredo do ato agressivo, possibilitando outro formato discursivo. Muitos exemplos podem ser dados para ilustrar esta idéia: a criança que bate no irmão num claro intuito de reivindicar o olhar materno, o aluno que desafia agressivamente o professor num ato de “indisciplina”, procurando interrogar/pensar o lugar de autoridade do mestre ou quem sabe a relação deste com o saber; ou até mesmo um cidadão qualquer que, num gesto agressivo, procura convocar o olhar e a ação do poder público. Responder, por vezes, com um ato de violência a estas manifestações obstrui o potencial dialógico de tais atos. Se voltarmos novamente a este binômio violência/poder, encontraremos pontos de encontro com esta argumentação, pois Hannah Arendt vai demonstrar como o enfraquecimento do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência. É neste sentido que ela aponta, por exemplo, como a ineficiência generalizada da polícia nos Estados Unidos e na Europa tem-se feito acompanhar pelo acréscimo da brutalidade policial.

Se escutarmos a palavra enunciada num ato agressivo, estaremos automaticamente enfraquecendo seu potencial agressivo. O ato de violência traz, em sua estrutura, algo de arbitrário, e mesmo que possamos deduzir alguma mensagem, algum sentido em seus movimentos, é importante destacar que se trata desde o início de um “diálogo” rompido, de um “diálogo” fracassado. Seria legítimo levantarmos a seguinte hipótese: quando as autorias são mais difíceis de serem identificadas, há potencialmente um campo mais propício à emergência da violência. É nesta direção que percebemos que, quanto maior a burocratização da vida pública, maior será a atração pela violência⁴. Isto nos indica o papel essencial de se identificar com precisão, tanto quanto possível, dentro do laço social, as responsabilidades e as autorias em jogo na produção de determinados acontecimentos.

Outro ponto bastante espinhoso neste esforço conceitual, e que não poderíamos deixar de mencionar, muito embora tenhamos consciência da complexidade desta missão, refere-se à dimensão “emocional” envolvida neste conceito. Por mais vaga que possa ser esta idéia de “emocional”, identificamos facilmente em que medida os atos violentos e/ou agressivos respondem também a esta pressão emocional. Contudo, o que eu gostaria de apontar é que a qualidade do ato não pode ser deduzida diretamente deste emocional.

Sucumbir a uma psicologização de sentimentos é armar um labirinto de palavras sem nenhuma perspectiva de saída. Seria igualmente por demais obscuro querer distinguir violência e agressividade fazendo uso do estatuto da racionalidade. Não é esta pretensa razão o divisor de águas que nos interessa neste debate. Portanto dizer que o ódio produz violência por ser irracional é um lugar-comum facilmente questionável. Arendt nos indica que o ódio não necessariamente é uma reação automática e que podemos eventualmente reagir com ódio quando nosso senso de justiça é ofendido. Esta reação de forma alguma reflete necessariamente uma injúria pessoal⁵.

Se seguirmos novamente aqui as hipóteses de Arendt quando fala, por exemplo, na instrumentalização da violência e de toda sua armadura fortalecida pela precariedade de alguns laços sociais, vemos que não basta boas intenções e discursos românticos sobre o bem e o mal para contê-la. Urge um verdadeiro esforço de reflexão e de atitudes conseqüentes.

Notas

¹ Contudo é importante ressaltar que todo este esforço de distinção conceitual que julgamos relevante não implica que necessariamente encontremos estas formas em estado puro. Vale lembrar o alerta feito por Arendt “Nada é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos freqüente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema. Disto não se segue que autoridade, poder e violência sejam o mesmo.” (Arendt, 1994, p. 38)

² Ambos os textos podem ser encontrados em LACAN, J. *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor,

³ Ver sobre este ponto o livro de Jean Jacques Rassial *A Passagem Adolescente - da família ao laço social*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997

⁴ Mais detalhes sobre este tópico ver o livro de Hannah Arendt, *Sobre a Violência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994

⁵ Para dar a exata dimensão da complexidade deste campo e também dos paradoxos freqüentes com que podemos estar confrontados ao tratar deste tema transcrevo um breve parágrafo de Arendt sobre esta questão: “Na vida privada como na vida pública há situações em que apenas a própria prontidão de um ato violento pode ser um remédio apropriado. O ponto central não é o de que isto permite-nos desabafar - o que poderia igualmente ser feito dando-se uma pancada na mesa ou batendo-se a porta. O ponto é que, em certas circunstâncias, a violência - o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as conseqüências - é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça. Neste sentido, o ódio e a violência que às vezes - mas não sempre - o acompanha pertencem às emoções “naturais” do humano, e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o homem” (Arendt, 1994, p.48)

O que me parece crucial neste argumento é a tentativa de Arendt de não associar de forma causal emoção e racionalidade.

Referências Bibliográficas

ARENDR, Hannah. *Sobre a Violência*. Tradução e ensaio crítico de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BECKETT, Samuel. *Últimos trabalhos de Samuel Beckett*. Tradução de Miguel Esteves Cardoso. Porto: Assirio & Alvim, 1996.

- COSTA, Ana Maria. *Três registros sobre a violência*. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, n. 12, p. 11-16, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.